



A natureza não existe: notas sobre a relação humano-não humano para o planejamento (PT)

La naturaleza no existe: notas sobre la relación humano–no humano para la planificación (ES)

E6_05: Arquivos Urbano-Naturezas: imagens e práticas de futuridades

André Dal'Bó da Costa

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo
FAUUSP Brasil
andredalbo@usp.br

Resumo: Essa comunicação propõe discutir a concepção moderna de natureza como um domínio coeso, exterior e desprovido de subjetividade, cuja redução a objeto utilitário sustenta historicamente o capitalismo desde a acumulação primitiva e culmina, em sua fase avançada, no colapso ecológico contemporâneo. Argumenta-se que a catástrofe ambiental em curso exige um reposicionamento disciplinar, político e estratégico que ultrapasse as agendas hegemônicas de transição energética, compensação e mitigação de emissões, por não enfrentarem as bases ontológicas e espaciais da modernidade. Nesse contexto, as cidades e o espaço urbano moderno são interrogados não apenas como produtos coletivos da ação humana, mas como dispositivos centrais da separação entre formas de vida humanas e não humanas, colocando em questão a própria possibilidade de projetar biodiversidade em contextos estruturalmente anti-biodiversos. A comunicação, apresentada no simpósio “Arquivos Urbano-Naturezas: imagens e práticas de futuridades”, no IV Congresso Ibero-Americano de História Urbana, organiza-se em duas partes: a primeira discute a noção de territórios não modernos a partir das contribuições de Philippe Descola, especialmente nos cursos ministrados no Collège de France (2016–2017), em diálogo com a cosmoecologia yanomami de Davi Kopenawa; a segunda apresenta fragmentos de experiências recentes de planejamento territorial voltadas à restauração e à conservação da biodiversidade em municípios do estado de São Paulo, explorando seus limites e potencialidades frente ao ecocídio contemporâneo.

Palavras-chave: colapso ambiental; ecocídio; planejamento

Resumen: *El texto propone una crítica a la concepción moderna de la naturaleza como un dominio cohesionado, exterior y desprovisto de subjetividad, cuya reducción a objeto utilitario ha sustentado históricamente el capitalismo desde la acumulación primitiva y culmina, en su fase avanzada, en el colapso ecológico contemporáneo. Se argumenta que la catástrofe ambiental en curso exige un reposicionamiento disciplinar, político y estratégico que supere las agendas hegemónicas de transición energética, compensación y mitigación de emisiones, por no enfrentar las bases ontológicas y espaciales de la modernidad. En este contexto, las ciudades y el espacio urbano moderno son interrogados no solo como productos colectivos de la acción humana, sino como dispositivos centrales de la separación entre formas de vida humanas y no humanas, poniendo en cuestión la propia posibilidad de proyectar biodiversidad en contextos estructuralmente antibiodiversos. La comunicación, presentada en el simposio “Archivos Urbano-Naturalezas: imágenes y prácticas de futuridades”, en el IV Congreso Iberoamericano de Historia Urbana, se organiza en dos partes: la primera discute la noción de territorios no modernos a partir de las contribuciones de Philippe Descola, especialmente de los cursos impartidos en el Collège de France (2016–2017), en diálogo con la cosmoecología yanomami de Davi Kopenawa; la segunda presenta fragmentos de experiencias recientes de planificación territorial orientadas a la restauración y conservación de la biodiversidad en municipios del estado de São Paulo, explorando sus límites y potencialidades frente al ecocidio contemporáneo.*

Palabras-clave: *colapso ambiental; ecocidio; planificación*

Introdução

Vivemos no presente um momento extremo de impasse na história da espécie humana. Ano a ano o aumento das medias da temperatura global e da ocorrência de eventos extremos¹, confirmam que o colapso ambiental se encontra em estágio avançado, sem controle, e sem qualquer horizonte real ou seguro de reversão. Nesse contexto, a espécie humana, e grande parte das demais espécies, correm risco real de extinção, ou ao menos, de uma diminuição brutal de sua população, ainda neste século. O ecocídio em curso resulta da ação da espécie humana sobre o Planeta Terra (MARQUES, 2025), como resultado do seu modo de vida hegemônico, dependente da extração e da exploração irrestrita e exponencial, baseado no imperativo do crescimento econômico e da acumulação infinita.

Essa comunicação, faz parte de um esforço que tenta organizar um conjunto de anotações de leitura e algumas reflexões inconclusas, buscando enquadrar tal contexto de colapso ecológico e alguns possíveis pontos de origem, ou ao menos, momentos históricos da produção da sociedade e do espaço nos quais parte fundante do processo do ecocídio encontraria suas raízes². Trata-se, portanto, de uma especulação geral que objetiva ultrapassar as respostas correntes mais imediatas, reducionista e simplificadoras – e até aqui fracassadas – para reversão do colapso climático, tais como os esforços de compensação ambiental nas quais se mantem inalterados os modelos produtivos, os níveis de consumo e de acumulação, apontando para hipotéticas neutralizações dos gases de efeito estufa emitidos, ou para o uso de energias renováveis. Em resumo, o esforço desta comunicação desvia, na partida, de toda qualquer solução mirabolante e comumente prometidas pelos mercados, que não altere a base da produção e do consumo exponenciais tornados imperativos da vida de nossa espécie, ao menos desde a colonização das américas e sobretudo da revolução industrial, momentos fundadores da modernidade. Nesse esforço, procuro encontrar, portanto, um momento em que a ideia de “natureza” passa a ser concebida como um todo coeso e externo a nossa espécie, e por isso passível de expropriação e exploração intensas.

Tal compreensão da natureza como unidade de um conjunto de condições biológicas e físicas não humanas – composta pela soma dos animais, plantas, os rios, as águas, o ar, as montanhas, entre outras partes, reduzidas a um todo hipoteticamente coeso – é fundamento da modernidade. Essa condição moderna impõe à todas as formas de vida não humanas uma condição privada de subjetividade, tornando-as também objeto utilitário e por isso passível de exploração irrestrita. A exploração exponencial e irrestrita do que se compreende como “natureza” é, portanto, base essencial do capitalismo, desde sua gênese, da acumulação primitiva à modernidade. A etapa avançada deste movimento contínuo histórico é o colapso da vida e a extinção em massa das espécies, como parte da própria modernidade.

A situação de catástrofe ecológica que vivenciamos no presente exige urgente reposicionamento disciplinar, político e estratégico. Ao buscar um reequilíbrio ecológico do mundo sem alterar as bases do consumo e da acumulação, talvez estejamos alterando os efeitos e não as causas. É preciso, portanto, retornar às raízes dos processos e produção do espaço.

¹ Segundo dados do Copernicus Climate Change e do Berkeley Earth, os últimos cinco anos concentram os valores mais elevados da série histórica de temperatura global, com anomalias médias situadas entre 1,3 °C e 1,6 °C acima do período pré-industrial (1850–1900), indicando a persistência e a aceleração recente do aquecimento global. Segundo a National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) e o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), o aquecimento global de origem antrópica já resultou, nos últimos anos, em aumento estatisticamente significativo da frequência e da intensidade de eventos extremos, especialmente ondas de calor e precipitações intensas, sendo que vários extremos recentes seriam altamente improváveis na ausência da mudança climática induzida por atividades humanas.

Pergunto, portanto, para além dos rebaixados horizontes das até aqui fracassadas agendas da transição energética, da compensação e da redução das emissões dos Gases de Efeito Estufa, quais seriam as implicações de reconhecermos as cidades, não somente como grande produto coletivo moderno de parte da espécie, mas também, e sobretudo, como o dispositivo espacial último e articulador da separação das formas de vida humana e não humana? Seria possível projetar biodiversidade em um contexto urbano-humano que, por princípio, é anti-biodiversidade?

Para isso, precisaríamos voltar nossa atenção, não para a condição material das cidades no presente, mas para os processos históricos que antecederam tal formação.

Esta comunicação – proposta ao simpósio “Arquivos Urbano-Naturezas: imagens e práticas de futuridades”, no quarto Congresso Ibero Americano de História Urbana –, está organizada em duas partes. Na primeira parte apresento algumas referências e definições possíveis para a concepção de *territórios não modernos*, a partir de notas de leitura dos cursos de Philippe Descola realizados no Collège de France, nos anos de 2016 e 2017, e do livro *A Queda do Céu* de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015). Na segunda parte apresento um modelo recente de planejamento espacial baseado na vida das águas e suas bacias, como protagonistas. Tal forma de planejamento que toma o elemento não humano (a água) como protagonista pode indicar – ou revelar – alguns conflitos materiais presentes nas práticas dedicadas ao planejamento das cidades e dos territórios que busquem alternativa ao ecocídio.

O espaço não moderno; humanos e não humanos; e uma cosmopolítica comum

As relações humano-não humano e a superação da dicotomia cultura-natureza, são, notavelmente, temas centrais desenvolvidos ao longo da obra de Descola. Já a relação espacial (ou territorial) implicada nestes é tratada de modo mais central nos cursos intitulados *Os usos da terra* ministrados no Collège de France (2016 e 2017). Em resumo, os territórios não modernos são definidos como configurações relacionais densas, produzidas pela interação contínua entre humanos e uma multiplicidade de não-humanos, de espacialidade e regramento fluidos, estabelecendo modos de vida muito distintos daqueles, hoje predominantes, que estabeleceram suas relações com o espaço como extensões neutras, delimitadas por fronteiras abstratas, e destituídas de relação e dependência direta com a vida não-humana. Diferentemente do que vou chamar aqui provisoriamente como “concepção moderna de território” — grosso modo fundada na soberania, na propriedade e na administração técnica do espaço —, os territórios não modernos se constituem como espaços vividos, habitados e continuamente atualizados por práticas, linguagem e relações ontológicas específicas, assumindo caráter transitório e de predominância hierárquica horizontal.

Para Descola, o território não moderno não é um elemento sobre o qual a vida social se produz, mas um coletivo no qual humanos, animais, plantas, espíritos, artefatos e elementos da paisagem participam como agentes. Isso significa que rios, montanhas, florestas, espécies animais ou entidades invisíveis não são concebidos como recursos naturais passíveis de exploração, ou como cenários passivos, e sim como componentes ativos da vida social, dotados de capacidades próprias de ação, intencionalidade ou sensibilidade, conforme os regimes ontológicos em questão. O território, nesse sentido, é inseparável das relações que o constituem e não pode ser reduzido a uma superfície mensurável ou juridicamente apropriável para mercantilização ou exploração.

Essa concepção relacional do território implica uma divergência direta à ideia moderna de propriedade fundiária e de soberania estatal. Nos territórios não modernos, o acesso e o uso da terra não se baseiam na exclusividade individual nem em títulos abstratos, mas em direitos de uso situados, negociados e frequentemente condicionados à manutenção de relações com os coabitantes não-humanos. Em outros termos, para os povos não modernos, o território não

pertence aos humanos. Ao contrário, são os humanos que pertencem e compõem um conjunto mais amplo de relações territoriais que os precedem e os excedem (Descola, 2016).

Trata-se, portanto, do estabelecimento da indissociabilidade do espaço vivido. Nos contextos não modernos, cosmologias específicas constituem e definem quem pode habitar determinado espaço, de que maneira e sob quais condições. Mitos de origem, narrativas ancestrais e práticas rituais não funcionam nestes casos como simples representações simbólicas do território, mas como dispositivos ontológicos que estabilizam as relações entre os diferentes seres que o compõem.

Outro aspecto central do território não moderno, exposto por Descola em seus cursos, é a impossibilidade da separação entre o espaço “político”, o espaço “econômico” e o espaço “religioso”. Para o autor, essa compartimentalização é uma característica distintiva da modernidade ocidental, mas não é materialmente possível nos coletivos não modernos. Nesses contextos, caçar, plantar, habitar, ritualizar e governar são atividades inseparáveis, pois todas envolvem relações com humanos e não-humanos que precisam ser constantemente ajustadas. O território é, assim, simultaneamente espaço de subsistência, de sociabilidade, de ritual e de política.

Os territórios não modernos também podem ser caracterizados por uma temporalidade própria. Em vez de serem concebidos como espaços fixos e permanentemente disponíveis, eles são atravessados por ritmos sazonais, ciclos vitais e transformações contínuas que afetam humanos e não-humanos de maneira conjunta. A ocupação territorial é, portanto, sempre provisória e relacional, dependente da capacidade do coletivo de responder às transformações do mundo vivo. Essa atenção às variações temporais reforça a ideia de que o território não é uma entidade estática, mas um processo em constante composição (Descola, 2005). Destaque-se que, ao sugerir a leitura de outras cosmologias e outros modos de vida, aqui chamados de não modernos, não se espera encontrar ou sugerir um modelo, hipoteticamente harmônico, entre humanos e não humanos, mas apenas movimentar questões que possam estar situadas entre o espaço produzido e as espécies humanas e não humanas, a fim de revelar alguma luz sobre o impasse atual do colapso ambiental e climático.

Trata-se de buscar, portanto, espaços constituídos de relações permanentes com a vida não humana, nos quais conflitos, riscos e desequilíbrios são reconhecidos como parte constitutiva da vida coletiva – mas não ignorados e mercantilizados. A diferença fundamental em relação à modernidade reside no fato de que esses conflitos não são resolvidos pela exclusão ontológica, ou pela negação da subjetividade dos não-humanos, mas pela multiplicação de mediações — rituais, narrativas e regras de uso — que permitam a continuidade da coexistência (Descola, 2017).

Desse modo, a noção de território não moderno em Descola oferece uma pista conceitual poderosa à visão moderna do espaço, que pode vir a ser uma aposta de criação no contexto do horizonte do colapso ecológico. Ao concebê-lo como um coletivo multiespécies, essa abordagem contribui para repensar as bases ontológicas da política da terra e para imaginar formas de habitar o mundo que não se fundem na separação entre humanidade e ambiente, mas na composição contínua de um mundo comum. Trata-se, portanto, de buscar o comum como processo instituinte.

Ainda nos cursos ministrados no Collège de France, entre 2016 e 2017, Philippe Descola aprofunda a reflexão central de sua antropologia da natureza: a crítica à universalização da dicotomia moderna entre natureza e cultura e a necessidade de compreender os diferentes modos pelos quais coletivos humanos compõem suas relações com seres não-humanos. Inseridos no ciclo intitulado *Les usages de la terre. Cosmopolitiques de la territorialité*, esses cursos deslocam o foco da análise antropológica das instituições humanas isoladas para os arranjos relacionais que articulam humanos, animais, plantas, entidades espirituais, artefatos e lugares, mostrando que a

territorialidade não pode ser reduzida à noção moderna de propriedade ou de recurso natural (Descola, 2016; 2017).

Descola parte de pressupostos anteriores sobre as categorias “natureza” e “cultura”. Para ele, estas, longe de constituírem universais antropológicos, seriam produtos históricos específicos da modernidade ocidental. Em muitas cosmologias não modernas, especialmente indígenas, o mundo não é dividido entre um domínio natural desprovido de intencionalidade e um domínio cultural exclusivamente humano. Ao contrário, humanos e não-humanos compartilham qualidades morais, capacidades de ação e formas de comunicação, ainda que diferenciadas. Essa constatação leva Descola a propor uma abordagem ontológica comparativa, na qual diferentes “modos de identificação” organizam as relações entre seres, definindo quem pode agir, falar, afetar e ser afetado (Descola, 2005).

Nos cursos de 2016–2017, essa perspectiva é aplicada especificamente à análise dos usos da terra e das cosmopolíticas da territorialidade. Descola demonstra que, em diversos coletivos não ocidentais, a terra não é um suporte inerte para a atividade humana, mas um espaço relacional habitado por múltiplos agentes, humanos e não-humanos, cuja coexistência exige formas específicas de cuidado, negociação e reciprocidade. Nesses contextos, a apropriação do território não se dá por meio de títulos abstratos de propriedade, mas através de relações contínuas com animais, plantas, rios, montanhas e entidades invisíveis, que participam ativamente da vida social e política (Descola, 2016).

Essa concepção contrasta fortemente com o regime ontológico moderno, no qual os não-humanos são, em grande medida, reduzidos a recursos exploráveis ou objetos de conhecimento científico. Tal redução pode ser – destaque-se – tomada como base do colapso ecológico contemporâneo, pois elimina a possibilidade de reconhecer os não-humanos como parceiros legítimos na composição do mundo comum. A noção de cosmopolítica, também mobilizada nos cursos, refere-se justamente à necessidade de repensar a política para além do exclusivo humano³, incorporando outros seres como participantes — diretos ou indiretos — das decisões que afetam a vida coletiva (Descola, 2017).

É nesse ponto que a reflexão de Descola encontra uma ressonância profunda com a cosmoecologia apresentada por Davi Kopenawa em *A Queda do Céu: Palavras de um xamã Yanomami*, obra escrita através da interlocução com Bruce Albert. Diferentemente do discurso analítico do antropólogo francês, Kopenawa fala a partir de uma experiência vivida e de um saber xamânico, no qual a floresta é concebida como um organismo vivo, povoado por espíritos, animais e forças que sustentam a existência humana e não-humana. Para os Yanomami, os seres da floresta não são passíveis de exploração e uso livre, mas concebidos na categoria de pessoas, ainda que de outras espécies, dotadas de intencionalidade e capacidade de agir no mundo (Kopenawa & Albert, 2015).

Em *A Queda do Céu*, a relação entre humanos e não-humanos é descrita como uma rede de interdependências vitais. Os xamãs, por meio de seus cantos e do contato com os xapiri (espíritos), mantêm o equilíbrio do mundo, impedindo que o céu desabe e que a floresta adoça. A destruição da floresta pelos “homens da mercadoria”, motivada pela sua exploração irrestrita, rompe essas relações fundamentais e ameaça não apenas os Yanomami, mas a própria continuidade do mundo. O colapso ecológico é, simultaneamente, um colapso cosmológico e moral (Kopenawa & Albert, 2015).

A crítica de Kopenawa ao que ele chama de “povo da mercadoria” pode ser lida, em termos conceituais, como uma crítica ontológica semelhante à formulada por Descola. Ambos

³ Veremos mais adiante, na segunda parte do texto, um exemplo, ou melhor, um experimento inconcluso, para concepção e planejamento do espaço baseado na sua biodiversidade.

identificam no pensamento moderno ocidental uma forma de antropocentrismo radical, que separa os humanos do restante dos seres e legitima a exploração ilimitada da terra. No entanto, enquanto Descola descreve essa separação como um regime ontológico historicamente situado, Kopenawa a vivencia como uma ameaça concreta, cuja consequência última é a “queda do céu”, isto é, o fim das condições de possibilidade da vida (Descola, 2016; Kopenawa & Albert, 2015).

Enquanto Descola opera no registro da teoria antropológica francesa, buscando construir instrumentos conceituais capazes de traduzir e comparar diferentes modos de habitar o mundo não moderno; Kopenawa, não propõe uma teoria acadêmica, e por isso não encontramos categorias rigorosas ao longo do texto mas um conjunto coeso, uma cosmologia ou uma cosmopolítica onde a vida humana é horizontalizada e indivisível das demais formas de vida. Ambos convergem, em alguma medida, para uma leitura interessada no colapso ecológico e no ecocídio contemporânea, a medida que tal colapso não poderá ser resolvido sem uma transformação profunda das relações entre humanos e não-humanos. Desse modo, qualquer concepção política sobre da terra que busque alterar o quadro catastrófico do presente sobre a Terra deverá ser inseparável da ética da convivência entre todos os seres que a habitam.

Um território planejado pelas suas águas e remanescentes florestais.

Ciente de uma transposição arriscada sobre um abismo intransponível entre, de um lado o campo da antropologia e da cosmologia yanomami, e do outro, uma experiência prática do planejamento territorial atual, no campo do planejamento urbano, dedicada à restauração e a conservação de um município, apresento, a seguir algumas reflexões inacabadas decorrentes de uma experiência prática situada ao longo dos anos de 2024 e 2025, no município de Pindamonhangaba/SP⁴ para conservação e restauração do bioma da Mata Atlântica em seus domínios territoriais.

Trata-se de um plano do Poder Público, dedicado à restauração e a conservação deste bioma – amplamente agredido ao longo da história pelos ciclos extrativistas da cana, do café e do leite – e ainda hoje pela silvicultura neo-extrativista. O ponto de interesse e destaque para sua inclusão nesta comunicação é o uso das águas, e das suas bacias, como elemento fundamental do planejamento espacial. A água, um elemento vivo e não humano torna-se protagonista do processo de planejamento.

Em termos objetivos, a bacia hidrográfica e suas sub-bacias, suas nascentes e suas áreas margens (Áreas de Preservação Permanente - APP) tornam-se os elementos guia deste processo. O elemento espacial fundamental, aqui, não decorre de uma intervenção antropogênica do meio, mas de uma formação não somente pré-moderna como pré-espécie humana. Aliado a este fundamento espacial, o mapeamento da ocorrência de espécies não humanas, animais e vegetais⁵, e também a análise baseada em sensoriamento remoto dos remanescentes florestais tornam-se os elementos centrais deste processo.

A partir de um diagnóstico das sub-bacias, seus remanescentes florestais e a ocorrência multiespécies como indicador da biodiversidade, o PMMAC resultou em um Plano de Ação, no qual são estabelecidos objetivos, diretrizes, programas e ações específicas, acompanhados de metas, prazos e responsabilidades institucionais. Em termos quantitativos, ficou estabelecida a demanda de plantio no território do município de 1 milhão de mudas por ano, nos próximos dez anos, para que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) sejam restauradas. Espera-se que, com isso, a biodiversidade local mude sua tendência de decrescente para estável ou crescente.

⁴ Ver mais em www.pmmacpinda.wordpress.com

Por fim, o plano contempla uma etapa de aprovação e implementação, voltada à institucionalização do documento no âmbito da gestão pública municipal e à viabilização de sua execução orçamentária, destacando a importância da participação social, do Conselho Municipal de Meio Ambiente e da articulação entre diferentes setores legislativo e executivo do poder público. As imagens apresentadas abaixo ilustram exemplos de organização da intervenção previstas do PMMAC.

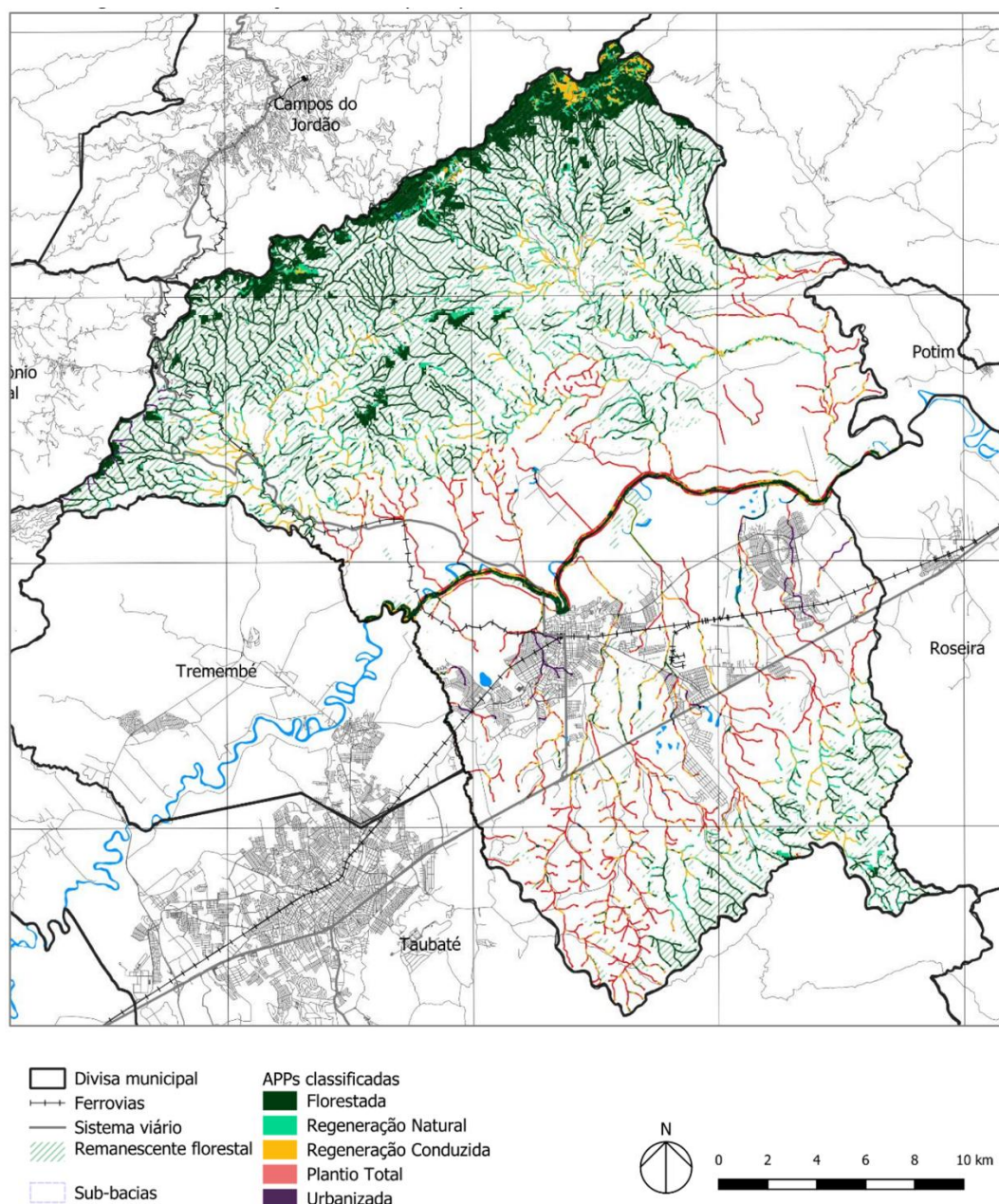


Figura 1: mapeamento das áreas de intervenção por tipo de regeneração indicada. Fonte: do autor *in* Risco Arquitetura Urbana, 2025

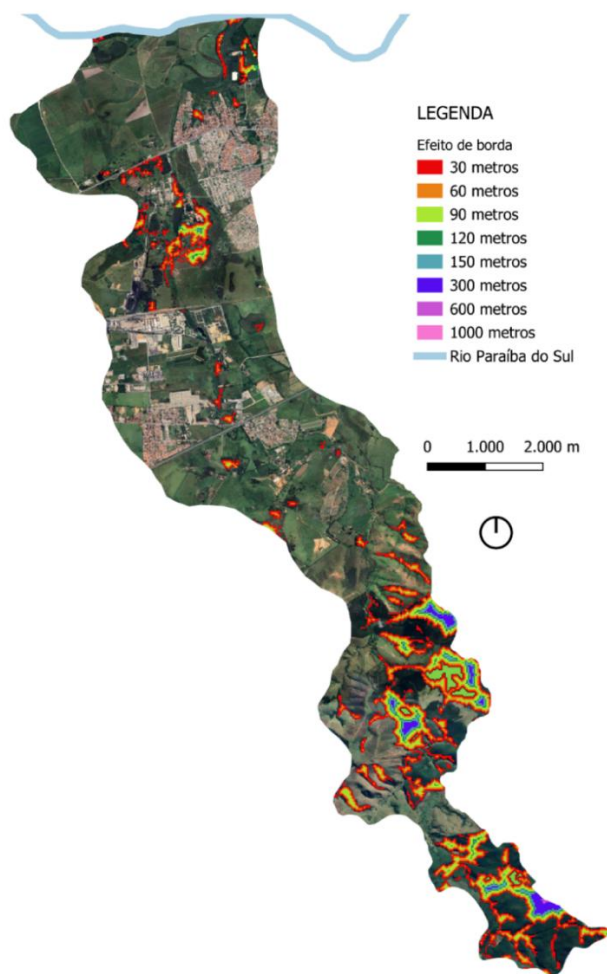


Figura 02: exemplo de mapeamento de efeito de borda nos remanescentes florestais segundo dados do Mapbiomas.
 Fonte: do autor *in* Risco Arquitetura Urbana, 2025, segundo dados do Mapbiomas

Referências

A queda do céu

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*.

Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Para além de natureza e cultura

DESCOLA, Philippe. *Para além de natureza e cultura*. Tradução de Bruno Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

Collège de France

DESCOLA, Philippe. *Cours au Collège de France: Anthropologie de la nature*. Paris: Collège de France, 2016–2017. Cursos ministrados no Collège de France. Disponível em:

<https://www.college-de-france.fr>. Acesso em: 12/10/2025.

PINDAMONHANGABA. Plano Municipal de Conservação e Restauração da Mata Atlântica e do Cerrado (PMMAC). Pindamonhangaba: Prefeitura Municipal e Risco Arquitetura Urbana – Arquitetura do Território - 2025. Disponível em: <https://pmmacpinda.wordpress.com>. Acesso em: 12/10/2025.